

# A DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA AMAZÔNIA

Elsilene Lavareda Nogueira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar -SEDUC,  
Manaus, Brasil (nogueira\_lene@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho analisa os efeitos da descontinuidade das políticas públicas de alfabetização sobre a formação de professores alfabetizadores na Amazônia. Ao considerar a instabilidade das ações governamentais, busca-se compreender os impactos dessa descontinuidade nos processos formativos, especialmente em contextos de difícil acesso e marcados por desigualdades regionais.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Políticas públicas; Formação docente; Amazônia; Descontinuidade.

## INTRODUÇÃO

A história da alfabetização no Brasil é marcada por avanços e retrocessos impostos por descontinuidades nas políticas públicas. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foram implementados sem continuidade ou articulação entre si, prejudicando a consolidação de ações voltadas à formação de professores. Na Amazônia, essa descontinuidade gera impactos ainda mais profundos devido às barreiras geográficas, culturais e estruturais da região. Este trabalho tem como objetivo discutir como a descontinuidade das políticas públicas de alfabetização afeta a formação continuada de professores alfabetizadores em municípios amazônicos, agravando as desigualdades educacionais.

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando a revisão documental e bibliográfica sobre as principais políticas de alfabetização nos últimos 15 anos. Foram analisados documentos oficiais, legislações, relatórios técnicos e estudos acadêmicos que tratam da implementação e descontinuidade dos programas, visando compreender os impactos concretos da fragmentação dessas políticas nos contextos locais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação de políticas de formação de professores no estado do Amazonas, não tão distante da realidade de outros estados, reflete os desafios e avanços na discussão de intervenções, com foco nas etapas iniciais do ensino fundamental. De outro lado, o histórico da implementação de políticas de alfabetização no Brasil demonstra que os estados enfrentam desafios semelhantes em termos de continuidade e eficácia (Scliar-Cabral, 2019). A construção de uma política de alfabetização sólida demanda um esforço contínuo, que muitas vezes esbarra na falta de continuidade das ações educacionais, sobretudo quando essas políticas se configuram como políticas de governo e não de estado, dentre as quais destacamos:

**Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)** - instituído pela Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, foi um compromisso formal assumido pelos governos Federal, Estadual e Municipal, e tinha por objetivo alfabetizar em Língua Portuguesa e Matemática, todas as crianças até no máximo os 8 (oito) anos de idade, no 3º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2012). Dentre as principais contribuições do Programa, ganha destaque a formação continuada, presencial, para os Professores Alfabetizadores; bolsa de incentivo aos professores para participar da formação fora do turno de trabalho; distribuição de recursos materiais do MEC, voltados para a alfabetização e o letramento, articulados pela formação (PNLD, PNBE, Jogos Pedagógicos); implementação dos cantinhos de leitura, além de materiais impressos para a formação dos professores.

**Programa Mais Alfabetização** - implementado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018, teve por objetivo fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, com foco em



leitura, escrita e matemática. O programa ofereceu apoio técnico e financeiro, incluindo a presença de assistentes de alfabetização nas escolas, para reforçar a aprendizagem dos alunos (BRASIL,2018)..




**Política Nacional de Alfabetização (PNA)** - a Política Nacional de Alfabetização defendia a promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. Um dos pontos de destaque da Política foi a priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental e o enfoque à instrução fônica.

**Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)** - instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca a recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia.

**Programa Amazonas Mais Alfabetizado** – trata-se de um grande avanço na Política de Alfabetização do Estado do Amazonas, que se encontra em estado de consolidação. É um desdobramento da política nacional CNCA, que desde os primeiros passos tem enfrentado desafios característicos do Estado, considerando o contexto amazônico, onde as especificidades culturais e geográficas impõem desafios adicionais para o desenvolvimento de políticas educacionais como a dificuldade de acesso a áreas remotas, distâncias continentais e desafios logísticos para a distribuição de materiais e até mesmo para realizar a formação continuada para as comunidades mais distantes como as escolas ribeirinhas, escolas indígenas, escolas do campo, das águas e da floresta, escolas com baixa ou nula conectividade, tornando a formação docente uma tarefa ainda mais desafiadora.

Outra grande preocupação com a Política Estadual, é que ela encerre ao final dos Governos (Federal e Estadual), pois estudos revelam que a ausência de continuidade formativa entre programas federais e estaduais, refletem em lacunas na qualificação docente e conseqüentemente na aprendizagem dos estudantes. A instabilidade política e institucional agrava o cenário, com interrupções de programas a cada novo governo.

**Tabela 1.** Cenário e trajetórias das Políticas de Alfabetização 2012 - 2025.



<b>Programa</b>	<b>Amparo Legal</b>	<b>Eixos/ Diferenciais</b>	<b>Período de Vigência</b>
<b>O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)</b>	Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012	Materiais didáticos e Literatura; Avaliação; Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; Gestão, Controle e Mobilização Social	2012-2017
<b>Programa Mais Alfabetização</b>	Portaria nº 142/2018 e é regulamentado pela Resolução nº 7/2018	O programa ofereceu apoio técnico e financeiro, incluindo a presença de assistentes de alfabetização nas escolas, para reforçar a aprendizagem dos alunos.	2018-2019
<b>Política Nacional de Alfabetização -PNA</b>	Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019	Deu grande ênfase em experiências baseadas em ciência e ênfase no ensino da consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de escrita.	2019 - 2023
<b>Compromisso Nacional Criança Alfabetizada -CNCA</b>	Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023.	1. Gestão e Governança; 2. Formação de Profissionais; 3. Infraestrutura Física e Pedagógica; 4. Avaliação; 5. Reconhecimento de Boas Práticas	2023 - vigente
<b>Programa Amazonas Mais Alfabetizado</b>	Decreto Estadual Nº 47.958, de 22 de agosto de 2023.	Alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023.	2023 - vigente

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## CONCLUSÃO

A descontinuidade das políticas públicas de alfabetização aprofunda as desigualdades educacionais na Amazônia, afetando diretamente a formação de professores que atuam em territórios vulneráveis. A escola tem um papel político fundamental na luta contra as desigualdades sociais (Soares 2000), mas a ausência de programas contínuos e estruturados compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas consistentes, reforçando a urgência de consolidar as políticas de estado para que garantam a continuidade de políticas de alfabetização no território.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais alfabetizadores da educação amazonense que ao longo dos cursos de formação continuada trocam experiências e mostram ideias enriquecedoras que só é possível conhecer nessa troca entre pares, na formação presencial, tão necessária para o fazer pedagógico.

## REFERÊNCIAS

ALFERES, M. A.; MAINARDES, J. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.102, p. 47-68, jan./mar. 2019.

AMAZONAS. **Decreto Estadual nº 47.958, de 22 de agosto de 2023.** Institui o Programa “AMAZONAS + ALFABETIZADO”, a ser realizado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC em regime de colaboração com os municípios do Estado do Amazonas. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1J0Urvnqgs2Gsn81HJYPhJ-\\_mu6vVsi89/view](https://drive.google.com/file/d/1J0Urvnqgs2Gsn81HJYPhJ-_mu6vVsi89/view). Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11556.htm#art37](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11556.htm#art37). Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm). Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.** Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-867-2012-07-04.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

SCLIAR-CABRAL, L. Políticas Públicas de Alfabetização. *Ilha do Desterro*, v. 72, nº 3, p. 271-290, Florianópolis, set/dez 2019.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** São Paulo: Ática, 2000.